



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO COM IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo Administrativo: 8490/2022 (**impugnação ao edital**), feito pela Plataforma BLL.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 028/2022 – Tipo Eletrônico

DATA DA ABERTURA: 18 de outubro de 2022

HORÁRIO: 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA

Processo Licitatório: 05922/2022

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE SALAS DIGITAIS PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação e esclarecimentos foram solicitados dentro do prazo legal, portanto tempestivos, feitos pela Plataforma BLL, pela empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA-ME**.

Diz o art. 12 do DECRETO Nº 3.251 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021, que regulamenta o Pregão, na forma presencial e eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns (...):

Art. 12 - Qualquer pessoa poderá impugnar o edital do pregão ou solicitar esclarecimentos, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

DO PEDIDO

Em síntese, a empresa informa que “o presente pleito pretende afastar do procedimento licitatório, exigências feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados licitantes, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA para Administração Pública”. Dos itens reclamados pela empresa, resumidamente: “**A) DO PRAZO DE ENTREGA**. No que tange o prazo de entrega, o edital trouxe a seguinte informação: 7.4 - Os contratos de fornecimento apenas estarão caracterizados após o recebimento pela DETENTORA das ordens de fornecimento emitidas, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente Nota de Empenho, para cuja retirada a DETENTORA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para entrega, (...), solicitando que o “prazo de entrega seja alterado para, no mínimo, 30 (trinta) dias úteis, tendo em vista o curto prazo de entrega, o qual implica diretamente na ampla participação no certame”. **B) DA DISPUTA POR LOTE**. “Inicialmente, o edital informa que o julgamento será MENOR PREÇO POR LOTE”, conforme item 7.5.1. Sendo assim, “faz-se necessário esclarecer que, o critério de julgamento adotado no presente processo licitatório, qual seja, Menor Preço por Lote, dificulta a ampla participação das empresas interessadas, vez que para concorrer, estas são OBRIGADAS a apresentar proposta para TODOS os itens licitados no Lote. Verifica-se a variedade da natureza dos itens agrupados num mesmo lote/kit”, a saber: PROJETOR, SISTEMA DE SOM, SUPORTE DE TETO PARA PROJETOR, CABO DE ÁUDIO, LOUSA DIGITAL,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

descrevendo cada um deles”, informando a empresa que “Não existe sequer justificativa prévia para tanto, uma vez que o objeto do processo ora discutido é a modernização dos espaços de ensino, e isso será possível independentemente dos itens serem fornecidos em conjunto ou de forma separada e, diante do exposto, a alteração do presente instrumento convocatório, nos termos acima expostos, é essencial para viabilizar a participação das licitantes interessadas de participarem de forma competitiva e em condições de oferecer propostas comerciais vantajosas para a Administração Pública”, solicitando a empresa “ que é por certo que há limitação na ampla participação obrigatória a todos os certames, o que pode e deve, com todo o respeito, facilmente ser corrigido com a simples aquisição dos produtos através de compra por itens, portanto, requer-se desde logo que a disputa deixe de ser por lote, e passe a ser por itens. **C) DO SUPORTE E TREINAMENTO.** O edital prevê, nas especificações e quantidades do lote 1 a necessidade de realização de treinamentos e suporte, vejamos: SUPORTE E TREINAMENTO - Oferecer suporte por um ano ou mais e treinamento sobre o uso da Sala Digita. Informa a empresa que o texto convocatório não especifica se esse deverá ocorrer de forma presencial ou online, entendendo a empresa que, caso seja necessária a capacitação dos servidores, serão aceitos treinamentos on-line ou na modalidade EAD, garantindo todo o suporte e esclarecimento de qualquer dúvida que o usuário possua. Está correto nosso entendimento? **D) DO TERMO B2:F6.** No descritivo técnico um dos termos citados trouxe questionamentos: +B2:F6 Multi Touch, ocorre que realizando diversas pesquisas não encontramos informações a respeito dessa especificação, o que nos leva a crer que trata-se de erro formal, está correto? **E) DA NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO.** O edital prevê, como obrigação da contratada: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO - incluso todo o material necessário como buchas, parafusos, cabos, canaletas e outros (de forma que todos os equipamentos sejam ligados e conectados para o perfeito funcionamento da sala digital). Levando em consideração que o Lousa Digital que compõem o kit, será entregue montado, configurado e pronto para uso, devendo apenas o órgão licitante conectar o equipamento na tomada, entendemos que não será exigida a instalação deste equipamento. Está correto nosso entendimento? Caso nosso entendimento esteja errado, requer desde logo que o órgão licitante apresente estudo técnico que justifique a exigência de instalação de equipamentos que serão entregues prontos para uso. **F) DA NECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DA ANATEL.** Para o item os itens Projetor e Sistema de som há os requisitos: “Conectividade Wi-Fi.” “conexão via Bluetooth”. Neste viés, importa destacar que a ANATEL é uma instituição em âmbito nacional que tem como objetivo fiscalizar e regulamentar a distribuição de produtos de telecomunicações (...). Dessa forma, compreendemos que será exigida a homologação da ANATEL sobre os componentes dos itens projetor e sistema de som. Está correto nosso entendimento?) **G) FORMATO FULL SCREEN E WIDESCREEN.** Na descrição técnica do item Lousa digital o órgão traz as seguintes especificações a respeito do tamanho e proporções: “Área útil mínima de 94”, formato Full Screen, [...] Proporção 16:9”. Ocorre que o formato e a proporção não são compatíveis, visto que a proporção 16:9 é característica do formato Widescreen. Ressalta-se que ambos os formatos possuem a área útil de 94”, porém o que muda é a ergonomia. (...) Considerando o exposto entendemos que serão aceitos os produtos em formato Widescreen, com 94” e proporção de 16:9. Está correto nosso entendimento? Caso contrário impugna-se desde já o presente edital tendo em vista que a determinação de que a tela seja no formato Full Screen não representa ganhos para administração. **H) DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.** Ainda a respeito do item Lousa Digital, que compõe o lote 01 temos as seguintes especificações: Superfície do quadro em alumínio composto revestido com chapa de aço coberta por cerâmica de alta resistência, Magnética, anti-propagação de chamas, sem uso de madeira ou derivados, a superfície do quadro deverá permitir escrita convencional com pincel para quadros brancos ou ainda escrita digital. gravador de aulas com áudio e vídeo da operação do computador, formatos .AVI ou .MP4 exportador de Slides (salva todas as anotações feitas na tela) nos formatos JPG, PDF, DOC, PPT, HTML, IWB, SWF, ODT, ODS, ODP E



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ODG. Da forma como foi redigido, o presente certame, lesa o princípio da ampla concorrência, tendo em vista as excessivas e descabidas exigências, as quais impedem que o órgão licitante analise e possa receber uma oferta vantajosa. Dessa forma, entende-se que serão aceitos produtos de outras marcas com suas características personalíssimas, desde que com propriedades equivalentes, está correto? Caso contrário impugnamos o presente edital por não observar os princípios norteadores da licitação, quais sejam o princípio da isonomia, igualdade e ampla participação, tendo em vista a descrição excessiva do item lousa digital. Baseia-se suas argumentações em sumula, acórdão, na Lei nº 8.666/93, art. 37, XXI e cita Celso Antonio B. de Mello (2004, p.73). A empresa finaliza a solicitação com os pedidos dos itens já informados e, subsidiariamente impugna-se o presente edital por não observar os princípios norteadores da licitação, tendo em vista que descrever, de forma injustificada, demasiadamente o objeto a ser comprado é cláusula que restringe a ampla participação.

DA RESPOSTA – FEITO PELA SECRETARIA SOLICITANTE

3019-7434 | JURIDICO@SIEG-AD.COM.BR | WWW.SIEG-AD.COM.BR 16/18

Tendo em vista que os pedidos de esclarecimentos/impugnações foram feitos referentes as especificações constantes no item do Termo de Referência, o processo foi enviado para a Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia para análise e manifestação. Segue abaixo as respostas:

ITEM A – Do prazo de entrega

O prazo pode ser alterado para 30 (trinta) dias corridos após o recebimento do pedido, comprovada a dificuldade na aquisição de insumos, o prazo poderá ser estendido por igual período.

ITEM B - Da disputa por lote

Vale frisar, preliminarmente, que a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular. É cediço que a Súmula 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala.

Desta forma, alguns pontos precisam ser levados em consideração para a compra por lote e não por item único nesta licitação, são eles:

- ✓ - **razões administrativas:** administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido;
- ✓ - **razões econômicas:** já que se os itens forem licitados separadamente poderá haver um risco de desinteresse das concorrentes em disputarem aqueles de valores menores, privilegiando os mais representativos da licitação. Isso pode acarretar, inclusive, o fracasso da licitação. A compra de equipamento ou partes que separadamente podem até funcionar, mas fora do contexto desejado. Também não podemos deixar de lado os custos de transporte embutidos em itens separados e em conjunto. Falando ainda no âmbito da justificativa econômica para a reunião de diversas pretensões contratuais em um único objeto licitatório, é importante registrar que o mercado tende a oferecer preços menores quando a contratação é realizada conjuntamente, posto que os custos administrativos/logísticos são menores do que aqueles existentes na contratação individualizada;
- ✓ - **razões de funcionalidade:** como na construção da sala digital existe uma interdependência entre todos os itens licitados, pois a mesma não funcionaria pela falta de um dos itens, é, no



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

mínimo prudente que todos os itens listados dentro do lote sejam entregues e instalados de forma conjunta visando o perfeito funcionamento do conjunto dentro dos interesses desta licitação, caso contrário se perderia o foco desejado, bem como a melhoria esperada para as salas de aula visando uma melhor educação;

- ✓ - **razões de instalação:** outro ponto importante da aquisição por lote é o fato de que todos os itens precisam ser instalados de forma conjunta, respeitando-se assim necessidades específicas de cada item dentro de um todo. Como exemplo podemos citar a compra de um projetor, que poderia ser adquirido de forma independente, porém, sua necessidade é indispensável para a construção do todo e sua instalação não é mero plug na tomada! Em sua instalação deve-se respeitar medidas exatas dentro dos 3 eixos (largura, comprimento e distância), os cabos fornecidos com os aparelhos devem ser alterados, a fixação do aparelho no suporte e do suporte no local deve ser muito bem feito e pensado uma vez que uma instalação mal feita pode acarretar em quebras ou mesmo gerar acidentes graves envolvendo pessoas nos ambientes escolares. E não menos importante, temos que levar em conta os diversos tipos de ferramentas específicas que são usadas durante a instalação.

ITEM C – Do suporte ou treinamento

O suporte ou treinamento licitado compreende qualquer forma de capacitação que leve ao usuário final condições suficientes para que o mesmo possa usar todas as ferramentas que o conjunto ofereça de forma satisfatória, sendo assim, entendemos que o uso de plataformas digitais, aulas a distância, aulas em EAD, encontros presenciais, encontros virtuais, materiais impressos ou digitais e todos os canais possíveis para suporte serão aceitos dentro da proposta desde que cumpram com o seu papel principal que é formar e capacitar para uso e solucionar problemas quando estes existirem. Desta forma, foi colocado dentro do lote SALA DIGITAL, a necessidade de suporte e treinamento de forma sucinta tendo em vista a objetividade final do processo.

ITEM D – O termo B2:F6 é um erro de digitação.

ITEM E – Da necessidade de instalação

Existem algumas empresas que fornecem a lousa digital, cada uma com tecnologias distintas porém, todas elas tem algo em comum, todos os equipamentos precisam respeitar características específicas de instalação. Como base no exposto seguem duas fotos, de empresas distintas, onde é possível observar que não é só plugar na tomada, existe toda uma metodologia de instalação e afixação dos equipamentos, bem como todo um conjunto de ferramentas necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

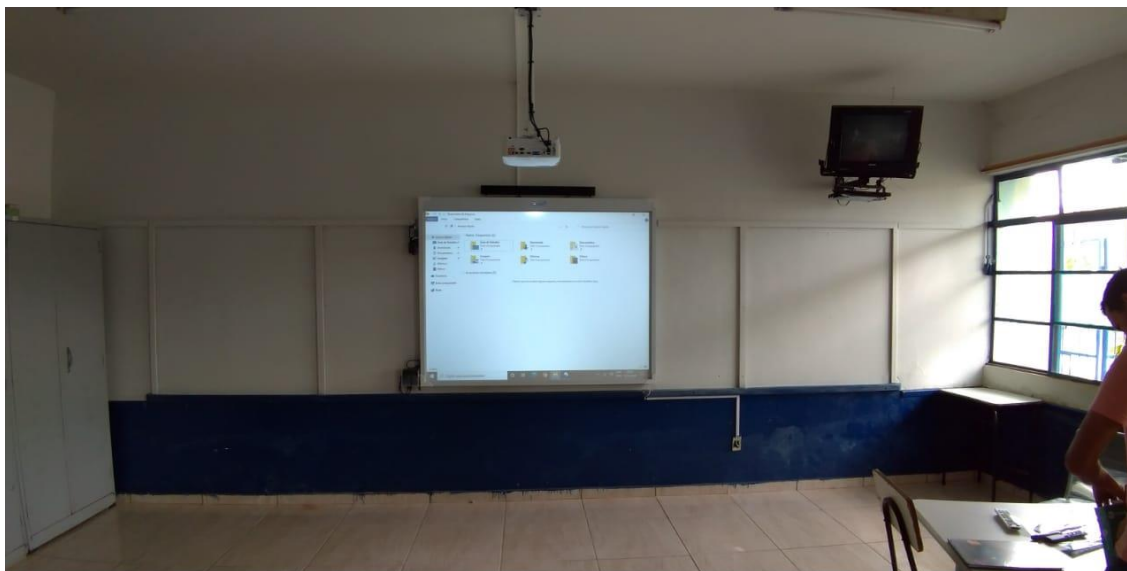


Foto 01: é possível perceber acima do quadro uma barra de som instalada bem como o projetor que está afixado no teto por um suporte. Todos os fios que compõe o sistema estão dentro de canetas ou passando por locais onde ninguém tem acesso, a lousa respeita as dimensões da sala de aula e todos os equipamentos se interligam de forma conjunta.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Foto 02: nesta foto bem como a outra é possível ver o projetor instalado no teto da sala, caixas de som em pontos distintos e toda parte de fiação bem protegida. Outra questão importante é a colocação do quadro digital que também respeita critérios de instalação em relação a dimensões da sala de aula e em relação ao projetor.

Podemos concluir que não é qualquer funcionário que vai conseguir instalar uma lousa na parede. Instalar todos os equipamentos eletrônicos, respeitar todas as medidas, espaçamentos e características obrigatória para cada tipo de lousa. Fazer ligações elétricas. Passar fios e transpor obstáculos em cada sala de aula, entre outros problemas que possam surgir durante a instalação e ainda ter todas as ferramentas e insumos necessários para o processo.

ITEM F – Da necessidade de homologação da ANATEL

A homologação deve acontecer antes que o produto esteja disponível para venda, ou seja, antes mesmo de chegar às lojas. Desta forma, todo equipamento adquirido precisa ser homologado.

ITEM G – formato full screen e wide screen

Para este item serão aceitos os formatos full screen ou wide screen.

ITEM H – Das especificações técnicas

Sobre a qualidade de materiais exigidos para a confecção da lousa digital, a superfície cerâmica em comparação a outros tipos de superfície apresenta durabilidade e resistência muito superior. Levando-se em consideração a diferença de preço, qualidade e a relação custo benefício. A exigência destes materiais é parte indissociável do item devendo estes serem respeitados na íntegra. Vale lembrar que a utilização de alumínio ainda apresenta excelentes resultados no que tange o uso ao longo do tempo contra a corrosão trazendo além de maior longevidade ao item uma melhor estética e conforto visual necessários a um ambiente limpo e apresentável. Juntando-se essas características é certo e claro que economicamente é muito mais relevante o alinhamento da exigência destes materiais à qualquer outro.

Sobre os formatos de vídeo, imagem e texto foi solicitado que as lousas digitais consigam oferecer aos professores e alunos facilidade de acesso a qualquer que seja o material produzido. Alguns fabricantes possuem seus formatos específicos que só funcionam em seus equipamentos, com isso dificulta o uso de todos os usuários. Os formatos exigidos são os formatos mais utilizados por professores e alunos e estes devem ser respeitados para que o processo de ensino aprendizagem seja facilitado. Ainda sobre os formatos de imagem, vídeo e texto é de extrema necessidade que sejam adequados ao edital de forma a garantir o acesso a todo o conteúdo produzido. O processo de uso de outros softwares e serviços gratuitos da internet dificultam o trabalho docente e o acesso de conteúdos de toda a comunidade escolar devendo então o fornecedor se adequar a essa necessidade.

No artigo 38 [...] a indicação sucinta de seu objeto e [...] vem a corroborar com os formatos aplicados na licitação tendo em vista o vasto número de formatos existentes e a seleção dos formatos universalmente utilizados hoje em dia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.

Ao analisar as respostas da Secretaria solicitante, esta Pregoeira entende a necessidade de alteração do termo de referência, republicação do edital e nova contagem de prazos de acordo com a Legislação vigente. É pacífico o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o assunto, conforme já consolidado em vários Acórdãos, Vejamos:

Acórdão 280/2010 Plenário

Promova, no caso de haver dúvidas acerca da interpretação dos editais advindas de modificações efetuadas nesses documentos, a republicação desses instrumentos convocatórios, nos termos do § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993 e do art. 20 do Decreto nº 5.450/2005, in fine.

Acórdão 394/2009 Plenário

Proceda a republicação do edital e a reabertura do prazo de 8 (oito) dias úteis, quando da utilização da modalidade pregão, sempre que houver alterações que afetem a formulação das propostas, em atendimento ao art. 20, c/c art. 17, § 4º, ambos do Decreto nº 5.450/05, inclusive nos casos de esclarecimentos prestados em razão de contradição no instrumento convocatório.

A Lei nº 8.666/93, Art. 21º, § 4º, é claro quando da necessidade de republicação do edital. Vejamos:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

(...)

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Com isso, essa Pregoeira entende que há necessidade de alteração do termo de referência, em virtude de esclarecimentos e desta impugnação. Informo que o presente certame deverá ser adiado, sendo o mesmo, remarcado assim que todos trâmites forem concluídos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DA DECISÃO

Diante do exposto e por entender que os requisitos e princípios que permeiam os atos da Administração Pública devem ser irrestritamente observados, esta Pregoeira conhece da Impugnação interposta pela empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA-ME**, julgando-a **PROCEDENTE**, tendo em vista sua tempestividade e a necessidade de alteração do termo de referência e republicação do edital. Com isso, **SUSPENDE** o Pregão Eletrônico nº 028/2022, que terá data de abertura informada posteriormente de acordo com os prazos estipulados em Lei. Dê ciência a empresa, bem como, que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, 18 de outubro de 2022.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira